

CONCURSO PÚBLICO

## 014. PROVA OBJETIVA

### ADVOGADO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 85 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01 a 10**.

#### *(In)Civildade no trânsito*

A maneira como dirigimos serve de medida para nossas virtudes cívicas – uma literal exposição do nosso compromisso com as “regras do caminho”. No Brasil, entretanto, é uma expressão dos nossos piores vícios: cerca de 47 mil pessoas são mortas a cada ano em acidentes de trânsito, um dos maiores pedágios do mundo.

A civildade que demonstramos nas estradas e ruas das cidades vem em pequenos atos. No entanto, é a incivildade que percebemos nas rodovias brasileiras.

Assim como na violência letal, há várias partes envolvidas no problema da violência no trânsito e que também precisam estar na solução. O bom planejamento de estradas, das sinalizações e fiscalizações de velocidade precisa ser uma prioridade dos distintos níveis de governo. É fundamental investir em pesquisas e campanhas inovadoras de mudança de atitude de quem está ao volante. E arrisco dizer que as regras para tirar a carteira de motorista e a educação para o trânsito devem ser repensadas. O processo ficou mais longo e caro sem resultar em mais segurança. Não é com burocracia e decoreba de regras que vamos conscientizar nossos cidadãos para que deixem de usar carros como armas letais.

Não conheço estudos no Brasil que busquem uma correlação entre o estresse do trânsito e o nível de violência em nossa sociedade. Seria interessante olhar mais de perto essa questão. Entender em que parte dela melhor se encaixa o comportamento violento do brasileiro no trânsito ou o quanto o estresse ocasionado pelas condições de nosso trânsito nos torna mais violentos no dia a dia.

Acima de tudo, como dirigimos é, de certa forma, um reflexo do nosso compromisso democrático mais amplo. O modelo atual de dependência excessiva dos carros em detrimento dos espaços dos pedestres e de um bom transporte público prioriza a elite e aprofunda a nossa desigualdade. Somos uma sociedade em busca do interesse público – respeito entre os cidadãos, valorização do transporte coletivo e dos pedestres? Ou somos uma sociedade que só preza por interesses individuais e familiares, driblando as regras e acelerando por nossos interesses privados? Isso, condutores, é uma questão que cada um de nós deve começar a considerar.

(Ilona Szabó de Carvalho. *Folha de S.Paulo*, 01.08.2018. Adaptado)

- 01.** Em sua exposição sobre a maneira como o brasileiro comporta-se no trânsito, a autora destaca que
- (A) o alto número de pessoas que são vitimadas anualmente é incompatível com os gestos de civilidade que se verificam nas rodovias brasileiras.
  - (B) a falta de civilidade dos motoristas é comprovadamente decorrente do estresse causado pela má condição e pela sinalização deficiente de ruas e estradas.
  - (C) pesquisas indicam que um processo mais longo e rigoroso para obtenção da carteira de habilitação pode melhorar a segurança no trânsito.
  - (D) tal comportamento é uma expressão do nosso compromisso com a vida em sociedade e de como nos identificamos perante os nossos pares.
  - (E) a iniciativa do poder público de investir maciçamente em campanhas educativas tem conseguido melhorar a atitude dos motoristas no trânsito brasileiro.
- 02.** Conforme a autora, a solução para o problema da violência no trânsito envolve
- (A) buscar mecanismos para a captação de recursos que possam ser investidos na melhoria das condições de tráfego em ruas e estradas.
  - (B) o reconhecimento de que a alteração desse quadro não depende de políticas públicas, e sim da mudança profunda na postura dos motoristas.
  - (C) reconsiderar as exigências do processo para habilitar motoristas, que, embora longo e dispendioso, não tem propiciado segurança no trânsito.
  - (D) diminuir a burocracia no âmbito governamental para o desenvolvimento de estudos que possam revelar as causas da violência no trânsito.
  - (E) a flexibilização da fiscalização no trânsito, visando diminuir o desgaste dos motoristas com o custo financeiro das penalidades aplicadas.
- 03.** Com a frase do primeiro parágrafo – ... um dos maiores pedágios do mundo. –, a autora enfatiza
- (A) como o ato de dirigir acaba sendo determinante para transformar motoristas em cidadãos violentos.
  - (B) a falta de comprometimento dos motoristas brasileiros com as regras mais básicas de civilidade.
  - (C) a ideia de que as atitudes no trânsito são um reflexo do comportamento social do motorista.
  - (D) a urgência de medidas visando diminuir os altos valores cobrados pelo direito de trafegar nas rodovias.
  - (E) o alto custo em perdas humanas no Brasil como consequência da falta de civilidade no trânsito.

04. Retirando-se os dois-pontos (:) da passagem – ... é uma expressão dos nossos piores vícios: cerca de 47 mil pessoas são mortas a cada ano. –, a redação permanece com o sentido compatível com o do texto original em:

- (A) ... é uma expressão dos nossos piores vícios, visto que cerca de 47 mil pessoas são mortas a cada ano.
- (B) ... é uma expressão dos nossos piores vícios, apesar de que cerca de 47 mil pessoas são mortas a cada ano.
- (C) ... é uma expressão dos nossos piores vícios, todavia cerca de 47 mil pessoas são mortas a cada ano.
- (D) ... é uma expressão dos nossos piores vícios, assim como cerca de 47 mil pessoas são mortas a cada ano.
- (E) ... é uma expressão dos nossos piores vícios, contato que cerca de 47 mil pessoas sejam mortas a cada ano.

05. Considere a passagem a seguir:

- Acima de tudo, como dirigimos é, de certa forma, **um reflexo** do nosso compromisso democrático mais amplo. O modelo atual de dependência excessiva dos carros **em detrimento dos** espaços dos pedestres...

No contexto em que são empregadas, as expressões em destaque são sinônimos, respectivamente, de

- (A) um questionamento; em concorrência com os.
- (B) uma reprodução; em prejuízo dos.
- (C) um desvinculamento; em descaso com os.
- (D) uma incerteza; em consequência dos.
- (E) uma incidência; em reparação dos.

06. Assinale a alternativa em que há emprego de linguagem em sentido figurado.

- (A) No Brasil, entretanto, é uma expressão dos nossos piores vícios...
- (B) A civilidade que demonstramos nas estradas e ruas das cidades vem em pequenos atos.
- (C) É fundamental investir em pesquisas e campanhas inovadoras de mudança de atitude de quem está ao volante.
- (D) ... estudos no Brasil que busquem uma correlação entre o estresse do trânsito e o nível de violência em nossa sociedade.
- (E) ... uma sociedade que só preza por interesses individuais e familiares, driblando as regras e acelerando por nossos interesses privados?

07. Os termos destacados nas frases – “E arrisco dizer que as regras **para** tirar a carteira de motorista...” e “... o estresse ocasionado **pelas** condições de nosso trânsito nos torna mais violentos...” – exprimem, respectivamente, noção de

- (A) modo e de direção.
- (B) finalidade e de causa.
- (C) causa e de oposição.
- (D) finalidade e de modo.
- (E) oposição e de origem.

08. Considere as passagens a seguir.

- ... vamos conscientizar nossos cidadãos para que deixem de usar carros **como** armas letais.
- ... **como** dirigimos é, de certa forma, um reflexo do nosso compromisso democrático...

O termo **como**, em destaque, expressa, em ambas as ocorrências, ideia de

- (A) causa.
- (B) comparação.
- (C) modo.
- (D) conformidade.
- (E) proporção.

09. Assinale a alternativa em que, após alteração da frase – O processo ficou mais longo e caro sem resultar em mais segurança. –, a redação permanece com sentido compatível com o do texto original e de acordo com a norma-padrão de pontuação.

- (A) O processo ficou, mais longo e caro mas sem resultar em mais segurança.
- (B) O processo ficou mais longo e, caro mesmo sem resultar em mais segurança.
- (C) O processo ficou mais longo e caro porque sem, resultar em mais segurança.
- (D) O processo ficou mais longo e caro, porém sem resultar em mais segurança.
- (E) O processo ficou mais longo e caro enquanto, sem resultar em mais segurança.

10. Assinale a alternativa em que a redação, escrita a partir do texto, atende à norma-padrão de regência e de concordância das palavras.

- (A) O entendimento em que devemos ser gentis e educados no trânsito são uma expressão de nossa civilidade.
- (B) A solução para os acidentes de trânsito requer investimento em políticas públicas e mudança de atitude dos motoristas.
- (C) É assustadora a grande quantidade de pessoas que de algum modo acabam sendo afetados com acidentes de trânsito.
- (D) A identificação da possível relação entre estresse no trânsito e violência na cidade requerem de profunda investigação.
- (E) O atual contexto, em que se priorizam os automóveis, estão entre as causas da privação de parte da sociedade por seus direitos.

Leia a tira para responder às questões de números 11 a 13.



(Bill Watterson. *O mundo é mágico: as aventuras de Calvin e Haroldo*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2010. Adaptado)

11. A leitura da tira permite concluir corretamente que o garoto

- (A) reconhece que seus desenhos não atraem patrocinadores pelo fato de não expressarem valor artístico.
- (B) mostra-se disposto a trabalhar para superar a dificuldade em encontrar patrocínio para desenvolver sua arte.
- (C) entende que deve dedicar-se a um trabalho para custear sua arte apenas até se tornar um artista reconhecido.
- (D) apesar de reconhecer a dificuldade de encontrar quem financie sua arte, refuta a ideia de trabalhar para bancá-la.
- (E) é solidário com o ponto de vista segundo o qual o dinheiro de impostos não deve ser empregado para financiar as artes.

12. Em conformidade com a norma-padrão da língua, as lacunas no segundo e terceiro quadrinhos da tira devem ser preenchidas, respectivamente, com

- (A) à ... a ... à
- (B) à ... à ... a
- (C) a ... a ... à
- (D) a ... à ... à
- (E) à ... à ... à

13. A passagem do terceiro quadrinho "... porque não sou famoso o suficiente para divulgar seu mecenato cultural." expressa

- (A) a causa da falta de patrocínio para a arte do garoto.
- (B) a finalidade da falta de patrocínio para a arte do garoto.
- (C) uma oposição entre a falta de patrocínio e a arte do garoto.
- (D) uma consequência da falta de patrocínio para a arte do garoto.
- (E) uma comparação entre a falta de patrocínio e a arte do garoto.

Leia o texto para responder às questões de números 14 a 22.

### *O inolvidável\**

Não é muito confortável ficar ao lado de grandes corporações, mas não vejo como não apoiar a tese do Google de que o Tribunal de Justiça da União Europeia (UE) não pode impor o tal do direito ao esquecimento ao serviço de busca em nível mundial.

Começemos pelo polêmico direito ao esquecimento, que vem sendo reconhecido por alguns tribunais, em especial os europeus. É fácil simpatizar com o adolescente que fez um comentário inadequado na rede e não quer que o lapso o assombre para sempre. Também dá para ser solidário com a vítima de um crime que não deseja que sua identidade passe a ser definida por esse acontecimento traumático.

É muito complicado, porém, dar a cada indivíduo o poder de determinar o que pode ou não ser dito a seu respeito. Fazê-lo representaria um embaraço forte demais às liberdades de expressão.

A prevalecer uma versão forte do direito ao esquecimento, um artista vaidoso poderia mandar apagar as críticas negativas à sua obra; um político desonesto poderia fazer sumir os registros das condenações que sofreu. Na ausência de critérios inequívocos sobre o que é aceitável descartar da memória coletiva, é melhor não conceder a ninguém o direito de editar o passado.

O que me preocupa mais nessa história não é, porém, o mérito do direito ao esquecimento, mas a pretensão da Justiça europeia de que suas decisões se apliquem fora das fronteiras da União Europeia. O risco aí é o de totalitarismo. Não convém conceder a nenhum Estado, por mais democrático que seja, o poder de impor suas leis a todo o planeta.

Em algum grau os EUA já fazem isso, ao reclamar para si jurisdição sobre todas as transações financeiras que envolvam o dólar, independentemente do local do crime ou da nacionalidade dos delinquentes. Não penso, porém, que essa atitude deva ser imitada ou aceita. O ideal seria que o poder de cada Estado ficasse restrito a suas fronteiras.

(Hélio Schwartzman. *Folha de S. Paulo*. 22.09.2018. Adaptado)

\* inolvidável: não olvidável; que não pode ser esquecido.

14. Conforme o autor do texto,

- (A) a polêmica a respeito da discussão sobre o chamado direito ao esquecimento é exagerada e não se justifica.
- (B) a posição do Google de não aceitar a determinação do Tribunal de Justiça da União Europeia é um retrocesso.
- (C) a decisão imposta pela justiça da União Europeia ao Google é um avanço e serve de exemplo ao resto do mundo.
- (D) a concessão do direito ao esquecimento é controversa e deve ser evitada até que se definam os limites desse direito.
- (E) o direito das pessoas de decidir o que pode ser dito a seu respeito deve prevalecer sobre qualquer outro entendimento.

15. Conforme a opinião do autor, o ponto mais sensível do embate entre o Tribunal de Justiça da União Europeia e o Google diz respeito

- (A) à recusa do direito de ser esquecido a um adolescente que tem sua vida marcada por um comentário feito na internet.
- (B) à negação de assistência às vítimas de crimes que viveram o trauma de ter suas identidades expostas na internet.
- (C) à ausência de critérios claros sobre o tipo de informação que as pessoas terão o direito de apagar do ambiente virtual.
- (D) ao receio de que a medida possa desencadear um conflito judicial mais amplo entre Estados Unidos e União Europeia.
- (E) à pretensão da justiça europeia de tomar decisões que afetam outros países fora das suas fronteiras.

16. A frase do terceiro parágrafo “Fazê-lo representaria um embaraço forte demais às liberdades de expressão.” refere-se à seguinte informação:

- (A) adotar uma postura em defesa das grandes corporações.
- (B) apoiar o Google em sua demanda contra a União Europeia.
- (C) simpatizar com quem faz comentários inadequados na rede.
- (D) impedir que vítimas de crimes tenham sua identidade exposta.
- (E) dar às pessoas o poder de decidir o que pode ser dito sobre elas.

17. Assinale a alternativa cujo termo em destaque é empregado para intensificar o sentido da informação a que se refere.

- (A) ... não pode impor o tal do direito ao esquecimento ao serviço de busca **em** nível mundial.
- (B) ... representaria um embaraço forte **demais** às liberdades de expressão.
- (C) **Também** dá para ser solidário com a vítima de um crime...
- (D) **Não** convém conceder a nenhum Estado, por mais democrático que seja...
- (E) ... **independentemente** do local do crime ou da nacionalidade dos delinquentes.

18. Considere as seguintes passagens do texto:

- ... direito ao esquecimento, que **vem sendo** reconhecido por alguns tribunais...
- ... um artista vaidoso **poderia** mandar apagar as críticas negativas à sua obra...

As expressões verbais em destaque indicam que

- (A) o direito ao esquecimento era reconhecido no passado; um artista poderá, no futuro, mandar apagar críticas à sua obra.
- (B) o direito ao esquecimento tem sido de fato reconhecido; há a possibilidade de que um artista mande apagar críticas à sua obra.
- (C) o direito ao esquecimento possa ser reconhecido no futuro; no passado, era possível a um artista mandar apagar críticas à sua obra.
- (D) o direito ao esquecimento tem sido de fato reconhecido; é improvável que um artista consiga mandar apagar críticas à sua obra.
- (E) o direito ao esquecimento passará a ser reconhecido no futuro; um artista pode, atualmente, mandar apagar críticas à sua obra.

19. A substituição da expressão em destaque na frase “O ideal seria que o poder de cada Estado ficasse **restrito a** suas fronteiras.” está correta, em conformidade com a norma-padrão de regência e com o sentido do texto original, em:

- (A) ... o poder de cada Estado ficasse **limitado de** suas fronteiras.
- (B) ... o poder de cada Estado ficasse **reduzido com** suas fronteiras.
- (C) ... o poder de cada Estado ficasse **circunscrito a** suas fronteiras.
- (D) ... o poder de cada Estado ficasse **destinado com** suas fronteiras.
- (E) ... o poder de cada Estado ficasse **concentrado de** suas fronteiras.

20. Considere a seguinte passagem do texto:

- Na ausência de critérios **inequívocos** sobre o que é **aceitável** descartar da memória coletiva, é melhor não **conceder** a ninguém o direito de editar o passado.

Os termos destacados na passagem têm sentido contrário expressos, respectivamente, em:

- (A) indiferentes; impossível; facultar.
- (B) inconsistentes; realizável; outorgar.
- (C) incertos; inadmissível; rejeitar.
- (D) inacabados; inquestionável; isentar.
- (E) indiscutíveis; alegável; contestar.

21. Considere as frases a seguir:

- ... é melhor não conceder a ninguém **o direito de editar o passado**.
- ... ao reclamar para si jurisdição sobre todas as transações financeiras que envolvam **o dólar**...

As expressões destacadas nas frases estão corretamente substituídas por pronomes, de acordo com a norma-padrão da língua, em:

- (A) é melhor não o conceder a ninguém; as transações financeiras que o envolvem
- (B) é melhor não concedê-lo a ninguém; as transações financeiras que envolvem-lhe
- (C) é melhor não conceder-lhe a ninguém; as transações financeiras que o envolvem
- (D) é melhor não lhe conceder a ninguém; as transações financeiras que envolvem-no
- (E) é melhor não conceder ele a ninguém; as transações financeiras que lhe envolvem

22. Assinale a alternativa em que a redação, escrita a partir do texto, atende a norma-padrão de concordância nominal.

- (A) A luta pelo direito de ser esquecido e de ter informações pessoais retificadas é um fenômeno de proporções mundial.
- (B) Só recentemente direitos como o de ter informações pessoais apagadas na internet foram reconhecidas pelos tribunais.
- (C) É necessário solidarizar-se com o indivíduo que não aceita ter sua identidade relacionada a eventos traumáticos.
- (D) O cerceamento da liberdade de expressão no ambiente virtual pode ser bastante danosa sob certas condições.
- (E) O cuidado e a vigilância com a pretensão de alguns países de impor suas leis ao resto do mundo devem ser permanente.

Leia o texto para responder às questões de números 23 a 26.

Eles antecipam que a revolução mudará o mundo como o conhecemos. Soa muito radical? É que, se cumpridas as previsões, assim será. E já está acontecendo, dizem, em larga escala e a toda velocidade.

“Estamos a bordo de uma revolução tecnológica que transformará fundamentalmente a forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos. Em sua escala, alcance e complexidade, a transformação será diferente de qualquer coisa que o ser humano tenha experimentado antes”, diz Klaus Schwab, autor do livro “A Quarta Revolução Industrial”, publicado este ano.

No entanto, as repercussões impactarão em como somos e como nos relacionamos até nos lugares mais distantes do planeta: a revolução afetará o mercado de trabalho, o futuro do trabalho e impulsionará a desigualdade de renda. Suas consequências impactarão a segurança geopolítica e o que é considerado ético.

O importante, destacam os teóricos da ideia, é que não se trata de um desdobramento, mas do encontro desses desdobramentos. Nesse sentido, representa uma mudança de paradigma e não mais uma etapa do desenvolvimento tecnológico.

(Valeria Perasso. *O que é a 4ª revolução industrial – e como ela deve afetar nossas vidas*. Disponível em <https://www.bbc.com/>. 22.10.2016. Adaptado)

23. Segundo o texto, a transformação tecnológica conhecida como quarta revolução industrial

- (A) produzirá melhora significava nas condições de trabalho e de distribuição de renda entre os trabalhadores.
- (B) terá potencial para afetar, quando começar a ser implementada, os modos de produção e as relações pessoais.
- (C) desestabilizará a segurança geopolítica por tornar mais humanas e éticas as relações de trabalho e a distribuição de renda.
- (D) provocará, devido a seu alcance e complexidade, profundas mudanças na maneira como vivemos e nos relacionamos.
- (E) constitui a mais recente etapa da reinvenção constante das formas de produção e do ajuste das relações trabalhistas.

24. A frase em destaque na passagem “É que, **se cumpridas as previsões**, assim será.” estabelece, em relação ao que é enunciado no início do parágrafo,
- (A) uma condição.
  - (B) uma conclusão.
  - (C) uma explicação.
  - (D) a finalidade.
  - (E) uma comparação.
25. Assinale a alternativa em que a frase, escrita a partir do texto, atende a norma padrão de pontuação.
- (A) O importante, conforme os teóricos é que a ideia não se resume a um desdobramento – do desenvolvimento tecnológico.
  - (B) Os teóricos da ideia destacam que, nesse sentido deve ser compreendida antes tudo como: uma mudança de paradigma.
  - (C) Conforme os teóricos não se trata de um desdobramento mas, sim de – uma ruptura com antigos paradigmas.
  - (D) Por não se tratar segundo os teóricos, de um desdobramento: constitui uma nova fase do desenvolvimento tecnológico.
  - (E) Segundo os teóricos, não se restringe a um desdobramento: representa um novo paradigma do desenvolvimento tecnológico.
26. Assinale a alternativa em que a redação está em conformidade com a norma padrão de colocação pronominal.
- (A) Já não pode-se negar que a revolução esteja em andamento.
  - (B) Sempre se soube que a transformação teria grande alcance.
  - (C) Nos vemos diante de uma nova era das relações sociais.
  - (D) O que tem-se até agora não permite calcular o impacto das mudanças.
  - (E) Jamais dimensionar-se-á o alcance e a complexidade das transformações.
27. No Windows 7, em sua configuração original, há duas janelas do WordPad abertas. Assinale a alternativa que descreve corretamente o procedimento para colocar as duas janelas dispostas lado a lado, cada uma cobrindo metade da área de trabalho, usando teclas de atalho.
- (A) Pressionar as teclas Windows+Shift+S.
  - (B) Pressionar as teclas Windows+L.
  - (C) Selecionar uma janela, manter pressionada a tecla Shift enquanto seleciona a outra janela. Pressionar as teclas Windows+Cima.
  - (D) Selecionar uma janela e pressionar as teclas Windows+L. Selecionar a outra janela e pressionar as teclas Windows+L.
  - (E) Selecionar uma janela e pressionar as teclas Windows+Esquerda. Selecionar a outra janela e pressione as teclas Windows+Direita.
28. Tem-se um documento editado no MS-Word 2010 em sua configuração original. Esse documento possui 10 páginas de texto com formatação de estilos variados. Dentre os estilos utilizados, encontra-se o estilo Título, que foi utilizado 8 vezes em diferentes lugares ao longo do texto. Assinale a alternativa que descreve corretamente o procedimento para alterar o estilo de fonte de todos os trechos de texto que estão no estilo Título.
- (A) Selecionar um trecho de texto com o estilo Título. Clicar com o botão auxiliar do mouse no texto selecionado e clicar em Modificar Estilo. No grupo Formatação, fazer a alteração do estilo de fonte. Clicar no botão OK.
  - (B) Selecionar um trecho de texto com o estilo Título. Na guia Página Inicial, alterar o estilo de fonte no grupo Fonte. No grupo Formatação, fazer a alteração do estilo de fonte.
  - (C) Na guia Página Inicial, dar um duplo clique no estilo Título na galeria de Estilos. No grupo Formatação, fazer a alteração do estilo de fonte. Clicar no botão OK.
  - (D) Na guia Página Inicial, clicar com o botão auxiliar do mouse no estilo Título, na galeria de Estilos, e depois clicar em Modificar. No grupo Formatação, fazer a alteração do estilo de fonte. Clicar no botão OK.
  - (E) Selecionar um trecho de texto com o estilo Título. Na guia Página Inicial, dar um duplo clique no estilo Título, na galeria de Estilos, e depois clicar em Formatação. Fazer a alteração do estilo de fonte. Clicar no botão OK.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

29. Considere que, em uma planilha do MS-Excel 2010, em sua configuração original em português, foi atribuído o valor 10 na célula A1, 20 na célula B2 e 30 na célula C3. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o resultado ao se inserir a seguinte fórmula na célula D1:

=SE(E(SOMA(B:C)>=50;SOMA(B:B)<20;B3<=50);B2\*B3;A1\*B2)

- (A) 0
- (B) 200
- (C) 300
- (D) 600
- (E) #ERRO!

30. No MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão, deseja-se posicionar objetos em diferentes slides no eixo horizontal de maneira precisa. Para dar suporte essa atividade, pode-se utilizar uma régua horizontal. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o procedimento para exibir apenas a régua horizontal.

- (A) Clicar em Exibir e, no grupo Mostrar, marcar a caixa “régua”. Em seguida, clicar em arquivo > Opções > Avançado e, na seção Exibir, desmarcar a caixa “Mostrar a régua vertical”.
- (B) Clicar em Exibir e, no grupo Mostrar, marcar a caixa “régua”. Em seguida, clicar em arquivo > Opções > Exibir e marcar a caixa “Mostrar régua horizontal” e desmarcar a caixa “Mostrar a régua vertical”.
- (C) Clicar em Exibir e, no grupo Mostrar, marcar a caixa “régua horizontal” e desmarcar a caixa “régua vertical”.
- (D) Clicar em Exibir e, no grupo Mostrar, marcar a caixa “Mostrar a régua horizontal” e desmarcar a caixa “Mostrar a régua vertical”.
- (E) Clicar em Exibir e, no grupo Mostrar, marcar a caixa “régua” e desmarcar a caixa “vertical”.

31. Em uma determinada página na web, encontra-se um link com o texto “<https://portal.fazenda.sp.gov.br>”. Ao clicar nesse link, o navegador

- (A) irá abrir um site protegido por senha, porque utiliza o protocolo HTTPS.
- (B) irá abrir um site seguro, porque utiliza o protocolo HTTPS.
- (C) poderá abrir qualquer site, usando protocolos HTTP ou HTTPS, pois o texto não reflete, necessariamente, a URL do link.
- (D) irá abrir um site com conteúdo seguro, porque o site é do governo.
- (E) irá abrir um site do governo com conteúdo criptografado.

32. O controle difuso de constitucionalidade, também chamado de desconcentrado, subjetivo, aberto, concreto, descentralizado ou incidental, atrelado à via de exceção, aplica-se à seguinte matéria que pode ser objeto desse controle:

- (A) leis ou atos normativos revogados.
- (B) lei ou ato normativo municipal em face das cartas estaduais.
- (C) ato inconstitucional com efeitos *erga omnes*.
- (D) convenções coletivas de trabalho.
- (E) normas regimentais do processo legislativo.

33. Em relação ao tema Súmula Vinculante, assinale a alternativa correta.

- (A) São determinações sobre a inteligência das leis, apresentando eficácia restrita de norma julgada.
- (B) Constitui requisito para sua edição, reiteradas decisões sobre matéria constitucional em relação a normas acerca das quais haja, entre órgãos judiciários ou entre estes e a Administração Pública, controvérsias que não acarretam graves inseguranças jurídicas, porém amenizam a multiplicação de processos sobre idêntica questão.
- (C) O Supremo Tribunal Federal é o único órgão que tem poder, de ofício, de editar, rever ou cancelar súmula vinculante, não podendo o processo ser iniciado mediante provocação.
- (D) A súmula com efeito vinculante tem eficácia imediata, não sendo permitido ao Supremo Tribunal Federal restringir os efeitos vinculantes ou decidir que só tenha eficácia a partir de outro momento, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse público.
- (E) A proposta de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante não autoriza a suspensão dos processos em que se discuta a mesma questão.

34. Em relação à União, a Constituição Federal prevê competências administrativas e legislativas, sendo competências administrativas da União
- (A) elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.
  - (B) organizar o serviço postal e de transportes aéreos.
  - (C) organizar as diretrizes e bases da educação.
  - (D) determinar o funcionamento dos sistemas de consórcios e sorteios.
  - (E) organizar os sistemas de imigração, emigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros.
35. De acordo com a Constituição Federal, a Comissão que terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciárias, além de outros previstos em regulamentos próprios, criada em conjunto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, é uma
- (A) Comissão Especial de Assuntos Jurídicos.
  - (B) Comissão Permanente de Assuntos Jurídicos.
  - (C) Comissão Temporária de Inquérito.
  - (D) Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.
  - (E) Comissão Parlamentar Permanente de Inquérito.
36. A espécie normativa que apresenta a natureza de atos normativos primários, porquanto retiram seu fundamento de validade da Constituição Federal, do mesmo modo que as demais espécies normativas, e, para serem aprovadas, é preciso que o Congresso Nacional as autorize por meio de resolução, refere-se às
- (A) medidas provisórias.
  - (B) leis complementares.
  - (C) leis delegadas.
  - (D) leis ordinárias.
  - (E) emendas constitucionais.
37. Dentre as várias competências privativas do Presidente da República, na sua função de chefe de governo, assinale a alternativa que apresenta impossibilidade de delegação.
- (A) Dispor sobre moeda e seus limites de emissão.
  - (B) Prover cargos públicos federais.
  - (C) Conceder indulto.
  - (D) Expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.
  - (E) Nomear o presidente e os diretores do Banco Central.

38. Em relação ao tema da Ordem Social e conforme disciplinado pela Constituição Federal, assinale a alternativa correta.
- (A) O Poder Executivo é primordial na preservação do meio ambiente, pois a efetividade do direito ambiental depende, em grande parte, do poder de polícia e do poder regulamentar da Administração.
  - (B) O amparo constitucional aos idosos é um dever da família, da sociedade e do Estado, os quais devem assegurar sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar por meio de programas de amparo que serão executados obrigatoriamente em seus lares.
  - (C) O princípio da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais se aplica às instituições educacionais criadas por lei estadual ou municipal, que não sejam total ou parcialmente mantidas por recursos públicos.
  - (D) A destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas de serviços de saúde com fins lucrativos é permitida até o limite de 5% (cinco por cento) da dotação orçamentária prevista para a área de saúde.
  - (E) Compete ao Poder Público organizar a seguridade social, com base, entre outros, nos objetivos de universalidade da cobertura e do atendimento, e diferenciação dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

39. Com relação à personalidade jurídica dos consórcios públicos, assinale a alternativa correta.
- (A) O consórcio público sempre adquirirá personalidade jurídica de direito público.
  - (B) O consórcio público, ao adquirir personalidade jurídica de direito privado, deixará de observar as regras de licitação para contratação.
  - (C) O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a Administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
  - (D) O consórcio público sempre adquirirá personalidade jurídica de direito privado.
  - (E) No caso de constituir associação pública, o consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito privado.
40. "Corresponde a acordo de vontade pelo qual o Poder Público firma associação com entidades públicas ou privadas, visando o atingimento de interesses comuns". É correto afirmar que o enunciado se refere a
- (A) contrato de gerenciamento.
  - (B) contrato de colaboração.
  - (C) consórcio.
  - (D) contrato de fornecimento.
  - (E) convênio.

41. Com relação ao acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846/13, assinale a alternativa correta.
- (A) Não importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado a proposta de acordo de leniência rejeitada.
- (B) Os efeitos do acordo de leniência serão sempre estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, independentemente de firmarem o acordo em conjunto.
- (C) A proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a transcrição no Diário Oficial, independentemente da efetivação do respectivo acordo.
- (D) A celebração do acordo de leniência não interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na referida legislação.
- (E) O acordo de leniência exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
42. “Corresponde à obrigação do expropriante de ofertar ao expropriado o bem, sempre que receber destinação diversa da pretendida e indicada no ato expropriatório, mediante a devolução da indenização paga”.
- O enunciado corresponde corretamente ao conceito de
- (A) imissão provisória.
- (B) desapropriação imprópria.
- (C) servidão administrativa.
- (D) retrocessão.
- (E) ocupação temporária.
43. É correto afirmar que os bens públicos são gravados de
- (A) inalienabilidade absoluta.
- (B) imprescritibilidade, que significa dizer que são insuscetíveis de constrição judicial por penhora.
- (C) imprescritibilidade absoluta.
- (D) inalienabilidade, podendo entretanto serem dados em garantia.
- (E) inalienabilidade, significa dizer que são insuscetíveis de ser adquiridos por usucapião.
44. Com relação à anulação e revogação de atos administrativos como formas de controle da Administração, é correto afirmar que
- (A) o controle de mérito e de legalidade é exercido conjuntamente pela Administração e pelo Poder Judiciário.
- (B) a Administração, ao revogar o ato, por motivo de conveniência ou oportunidade, exerce um controle de mérito.
- (C) a Administração, ao anular seus atos, exerce um controle posterior de mérito.
- (D) o controle de legalidade é exercido exclusivamente pela Administração e o controle de mérito é exercido de forma conjunta com o Poder Judiciário.
- (E) a Administração, ao anular o ato, por motivo de conveniência ou oportunidade, exerce um controle de mérito.
45. Com relação às teorias que orientam a responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que o Brasil adota
- (A) com variantes, dentre as teorias publicistas, a teoria do risco administrativo. Para a responsabilização do Estado, basta a ocorrência do dano causado por ato “lesivo e injusto”, não importando a culpa do Estado ou de seus agentes.
- (B) a teoria civilista da culpa, também conhecida por teoria do risco administrativo. Para a responsabilização do Estado, basta a ocorrência do dano causado por ato “lesivo e injusto”, não importando a culpa do Estado ou de seus agentes.
- (C) com variantes, dentre as teorias publicistas, a teoria do risco integral. Para a responsabilização do Estado, basta a ocorrência do dano causado por ato “lesivo e injusto”, não importando a culpa do Estado ou de seus agentes.
- (D) com variantes, dentre as teorias civilistas, a teoria do risco administrativo. Para a responsabilização do Estado, não basta a ocorrência do dano causado por ato “lesivo e injusto”, mas a comprovação da culpa do Estado ou de seus agentes.
- (E) a teoria da irresponsabilidade do Estado, também conhecida por teoria do risco administrativo. Para a responsabilização do Estado, há necessidade de se comprovar o nexa causal entre o dano e o resultado lesivo à vítima.

## DIREITO CIVIL

46. Considere as seguintes situações: i) menor de 17 anos, divorciado, aliena imóvel de sua propriedade, sem assistência de seus pais; ii) doador renuncia, mediante cláusula expressa, ao direito de revogar uma doação por ingratidão; iii) é firmada uma promessa de compra e venda antedatada de bem imóvel, com o intuito de retirá-lo da divisão de bens de divórcio em andamento.
- Os negócios jurídicos são, respectivamente:
- (A) válido, válido e anulável.
- (B) anulável, válido e nulo.
- (C) anulável, válido e anulável.
- (D) válido, nulo e nulo.
- (E) anulável, anulável e nulo.

47. Maria teve o seu marido José assassinado em 01.01.2015. Caio e Tício foram presos preventivamente, acusados pelo crime, mas ambos negavam a autoria. Sobreveio sentença condenatória, em 02.01.2018, não recorrida, que concluiu que José foi assassinado por Tício; provou-se que Caio não praticou o ato. Maria, que dependia economicamente do marido,
- (A) poderá exigir, sem excluir outras reparações, indenização de Caio e Tício, equivalente ao pagamento das despesas com o funeral e o luto da família, bem como prestação de alimentos, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.
  - (B) não mais poderá exigir qualquer indenização em razão da fluência do prazo prescricional de três anos.
  - (C) poderá exigir, sem excluir outras reparações, indenização de Tício, equivalente ao pagamento das despesas com o funeral e o luto da família, bem como prestação de alimentos, levando-se em conta a duração provável da vida do alimentado.
  - (D) não mais poderá exigir qualquer indenização em razão da fluência do prazo prescricional de dois anos.
  - (E) poderá exigir, sem excluir outras reparações, indenização de Tício, equivalente ao pagamento das despesas com o funeral e o luto da família, bem como prestação de alimentos, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.
48. Mélvio vendeu o cavalo “X” a Caio e o boi “Z” a Tício; ambos animais eram diferenciados pelo seu porte, razão pela qual estavam destinados a serem reprodutores. Conforme cláusulas constantes dos dois contratos de compra e venda, em 01.08.2018, Caio deveria retirar o cavalo comprado na Fazenda de Mélvio, mas não o retirou; Mélvio, por sua vez, deveria entregar o boi a Tício, na fazenda deste, mas não o entregou. No dia 02.08.2018, caiu um raio no pasto, ocasionando a morte do cavalo “X” e do boi “Z”. Mélvio
- (A) não será responsabilizado pela morte do cavalo “X” e nem do boi “Z”, tendo em vista a ocorrência de força maior.
  - (B) deverá ressarcir a Tício pelo valor equivalente ao boi “Z”, mais perdas e danos, não devendo nada a Caio.
  - (C) deverá selecionar outro cavalo e boi equivalentes aos que morreram em razão do raio, tendo em vista que a impossibilidade do objeto genérico não extingue a obrigação.
  - (D) deverá ressarcir, em dinheiro, tanto a Caio como a Tício, tendo em vista que era responsável pela guarda dos animais até a entrega ao comprador.
  - (E) somente deverá ressarcir a Caio e Tício se estes provarem que houve negligência de Mélvio no zelo com os animais.
49. João deu em comodato um imóvel a Pedro e André, irmãos. Estes, em razão da falta de manutenção no imóvel, ocasionaram a ruína da construção. Apurou-se que o valor necessário para reconstruir a casa seria de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). André morreu, deixando para seus filhos, Mateus e Judas, uma herança equivalente a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). João poderá exigir
- (A) a totalidade da dívida de Pedro.
  - (B) a totalidade da dívida de Pedro, de Mateus ou de Judas, separados ou reunidos.
  - (C) apenas metade da dívida de Pedro, não podendo exigir deste o total.
  - (D) R\$ 50.000,00 de Mateus ou R\$ 50.000,00 de Judas, desde que demandados individualmente.
  - (E) no máximo, R\$ 950.000,00 de Pedro.
50. O loteador, após a aprovação do loteamento pela Municipalidade, poderá alterar as áreas destinadas
- (A) aos espaços livres de uso comum, desde que o faça antes do registro do loteamento.
  - (B) às vias públicas, caso tenha ocorrido a caducidade da licença.
  - (C) a edifícios públicos, desde que obtenha prévia autorização da municipalidade.
  - (D) às praças, desde que obtenha a aprovação de todos os adquirentes dos lotes já vendidos.
  - (E) aos equipamentos urbanos, desde que mantenha o percentual mínimo de tais áreas previsto no plano diretor.
51. Caso apresentado mais de um título que tenha por objeto o mesmo imóvel, no Cartório de Registro de Imóveis, prevalecerá
- (A) o título prenotado no protocolo sob número de ordem mais baixo, ainda que se trate de segunda hipoteca que faça referência expressa à primeira não registrada.
  - (B) o título prenotado no protocolo sob número de ordem mais baixo, ainda que se trate de escrituras públicas apresentadas no mesmo dia e lavradas na mesma data que determinem taxativamente a hora da sua lavratura.
  - (C) a segunda hipoteca cuja escritura faça referência expressa à primeira hipoteca não registrada, caso esta não seja apresentada em até 30 dias da prenotação daquela.
  - (D) a escritura anteriormente lavrada, independentemente da data da apresentação, ainda que outra escritura tenha sido previamente registrada.
  - (E) o primeiro título apresentado, devendo os demais títulos que apresentem direitos contraditórios sobre o mesmo imóvel serem posteriormente registrados, no mesmo dia.

**52.** Tendo em vista o entendimento consubstanciado nas Súmulas do Superior Tribunal de Justiça acerca do contrato de seguro, assinale a alternativa correta.

- (A) O suicídio não é coberto nos dois primeiros anos de vigência do contrato de seguro de vida, não havendo direito do beneficiário à devolução do montante da reserva técnica formada.
- (B) A recusa de cobertura securitária, sob a alegação de doença preexistente, é lícita caso não tenha havido a realização de exames médicos prévios à contratação, mesmo se não demonstrada a má-fé do segurado.
- (C) No seguro de responsabilidade civil facultativo, cabe o ajuizamento de ação pelo terceiro prejudicado direta e exclusivamente em face da seguradora do apontado causador do dano.
- (D) A seguradora não se exime do dever de indenizar em razão da transferência do veículo sem a sua prévia comunicação, ressalvada a hipótese de efetivo agravamento do risco.
- (E) O contrato de seguro por danos pessoais não compreende os danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão.

**53.** Assinale a alternativa que representa o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre o dano moral.

- (A) A pessoa jurídica não pode sofrer dano moral.
- (B) Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito cabe indenização por dano moral, mesmo se preexistente legítima inscrição.
- (C) É ilícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral.
- (D) A simples devolução indevida de cheque não caracteriza dano moral.
- (E) Caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado.

**54.** Conforme o Código de Processo Civil vigente, é correto afirmar, sobre os atos processuais, que

- (A) o direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito e exclusivo aos procuradores das partes.
- (B) tramitam em segredo de justiça os processos em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à propriedade.
- (C) quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos não eletrônicos, essa deverá ser protocolada no horário de funcionamento do fórum ou tribunal, conforme o disposto na lei de organização judiciária local.
- (D) é preferencial o uso da língua portuguesa, sendo admitida a juntada de documento redigido em língua estrangeira, por pedido justificado de forma fundamentada pela parte.
- (E) serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 19 (dezenove) horas.

**55.** Assinale a alternativa correta sobre o prazo processual.

- (A) Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial.
- (B) Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 24 (vinte e quatro) horas.
- (C) Salvo disposição em contrário, serão contados incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.
- (D) A parte não poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, mesmo que o faça de maneira expressa.
- (E) Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá, como regra, prorrogá-los por até 2 (dois) meses.

**56.** Considera-se proposta a ação quando a petição inicial for protocolada, todavia, só produzirá efeitos ao réu, depois que

- (A) a ação for devidamente distribuída e recebida pela vara competente.
- (B) o juiz proferir o primeiro despacho.
- (C) for validamente citado.
- (D) for proferida a sentença.
- (E) for devidamente intimado.

57. Sobre a Reconvenção, assinale a alternativa correta.

- (A) Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão alheia, mesmo que desconexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
- (B) A reconvenção pode ser proposta contra o autor, sendo vedada contra terceiros.
- (C) Proposta a reconvenção, o autor será citado para apresentar resposta no prazo de 10 (dez) dias.
- (D) A reconvenção pode ser proposta pelo réu em litis-consórcio com terceiro.
- (E) A propositura da reconvenção está condicionada ao oferecimento da contestação.

58. Em relação à produção antecipada da prova, é correto afirmar:

- (A) sua apreciação será de competência exclusiva do foro do domicílio do réu.
- (B) previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
- (C) nesse procedimento, não se admitirá defesa ou recurso, salvo contra decisão que indeferir totalmente a produção da prova pleiteada pelo requerente originário.
- (D) não será admitida nos casos em que o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação.
- (E) o juiz se pronunciará sobre a ocorrência ou a inoocorrência do fato, e sobre as respectivas consequências jurídicas.

59. O juiz não pode proferir decisão sem oportunizar a manifestação às partes, porém, das hipóteses em que o juiz não resolverá o mérito, conforme disposto no artigo 485 do CPC, a parte deverá ser intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias quando:

- (A) o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes.
- (B) indeferir a petição inicial.
- (C) verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual.
- (D) em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal.
- (E) se verificar a presença de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

60. Conforme o Código de Processo Civil, a decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando

- (A) se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.
- (B) for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo cível, distinto da ação rescisória.
- (C) resultar de culpa ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida.
- (D) não ofender a coisa julgada.
- (E) obtiver o réu, anteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava, incapaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável.

61. Pelo Código de Processo Civil vigente, serão julgados em recurso ordinário:

- (A) pelo Supremo Tribunal Federal, os *habeas data* decididos em primeira instância pelos tribunais superiores, quando concessiva a decisão.
- (B) pelo Superior Tribunal de Justiça, os processos em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
- (C) pelo Superior Tribunal de Justiça, os mandados de segurança decididos em segunda instância pelos tribunais superiores, quando denegatória a decisão.
- (D) pelo Supremo Tribunal Federal, os processos em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
- (E) pelo Supremo Tribunal Federal, os mandados de segurança decididos em única instância pelos tribunais regionais federais ou pelos tribunais de justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão.

62. Sobre o que prevê a Lei nº 9.795/99, que tutela as regras de Educação Ambiental, assinale a alternativa correta.

- (A) A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – Sisnama, instituições educacionais exclusivamente públicas do sistema de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com atuação em educação ambiental.
- (B) A educação ambiental deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.
- (C) Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental é obrigatória a criação de disciplina específica sobre tal assunto.
- (D) A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.
- (E) A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores dos níveis de ensino fundamental e infantil e em todas as disciplinas, sendo facultado para o nível superior.

63. Nicanor adquiriu um imóvel de Givanildo. Tratava-se de um terreno em uma área rural. A compra foi feita para que Nicanor usasse o galpão já construído por Givanildo a fim de realizar as suas atividades empresariais. Depois de estabelecido no local, Nicanor recebeu uma notificação ambiental, ordenando que desfizesse a construção por se tratar de uma Área de Preservação Permanente, a qual não poderia ter sido desmatada daquela forma.

Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) por se tratar de uma relação de compra e venda, e tendo a construção sido realizada pelo antigo proprietário, quem deve responder pela eventual afronta ao meio ambiente é Givanildo.
- (B) se antes da venda do imóvel não havia qualquer notificação sobre obrigação ambiental, não há qualquer responsabilidade a ser atribuída a nenhuma das partes do contrato.
- (C) em se tratando de obrigação *propter rem*, Nicanor responderá por eventual obrigação ambiental.
- (D) Nicanor deveria ter evitado realizar a compra, por ser toda área rural considerada de preservação permanente.
- (E) se o desmatamento já existia antes da construção da edificação nenhum dos contratantes poderá ser responsabilizado pela obrigação ambiental.

64. Em certo momento, empresários de um centro industrial foram acusados de poluírem o rio que passa por determinada região, despejando dejetos de material classificado como potencialmente poluidor pela legislação vigente na época. O Ministério Público, então, firmou um TAC (termo de ajustamento de conduta) com referidos empresários, que se comprometeram a realizar a compensação ambiental e a pagar uma multa parcelada em doze meses. Depois de passados três meses da assinatura e vigência do TAC, sobreveio legislação afirmando que a matéria que era despejada no rio não é mais considerada potencialmente poluidora, não afetando o meio ambiente.

Diante desse quadro, é certo afirmar:

- (A) imediatamente após a vigência da lei, o TAC considera-se revogado tacitamente, sendo nulo, e os empresários ficam isentos da compensação ambiental e pagamento de indenização outrora pactuados.
- (B) para que o TAC seja extinto, deverá ser declarada ineficaz as obrigações nele constantes diante da existência da nova lei, por meio de uma ação que obrigatoriamente tramitará pelo Poder Judiciário.
- (C) a compensação ambiental ficará revogada, mas os empresários deverão prosseguir com o pagamento da multa.
- (D) não há que se falar em revogação do TAC, mas em anulação, pois na época da sua formulação as questões ambientais eram tratadas de forma diferente.
- (E) sendo o TAC uma negociação extrajudicial, ao ser firmado tem força de ato jurídico perfeito, e assim os empresários deverão cumprir o que nele se estabeleceu, a menos que seja feito um aditamento pelas partes.

65. O direito transindividual que tem sua sentença fazendo coisa julgada com efeito *ultra partes*, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, em ação coletiva, é:

- (A) direito coletivo *strictu sensu*, apenas.
- (B) direito difuso e individual homogêneo.
- (C) direito coletivo *lato sensu*.
- (D) direito individual homogêneo, apenas.
- (E) direito difuso, apenas.

66. Sobre a participação do Ministério Público nos procedimentos regidos pela Lei nº 7.347/85, dentro do que o texto legislativo prevê, é correto afirmar que
- (A) a intervenção de tal órgão é facultativa, caso ele não componha o polo ativo da demanda.
  - (B) em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.
  - (C) apenas órgãos públicos poderão provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.
  - (D) o Ministério Público deverá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 15 (quinze) dias úteis.
  - (E) os autos do inquérito civil ou das peças de informação arquivadas serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 5 (cinco) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.

### DIREITO TRIBUTÁRIO

67. Assinale a alternativa que se apresenta de acordo com a Constituição Federal.
- (A) A imunidade tributária recíproca da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, ainda que vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
  - (B) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.
  - (C) A imunidade tributária dos templos de qualquer culto, relativa a impostos, compreende o patrimônio e a renda, não se estendendo aos serviços relacionados com as finalidades essenciais dos templos.
  - (D) É permitido à União, enquanto pessoa política de direito público interno, instituir imunidades de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, mediante lei ordinária.
  - (E) A imunidade tributária dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, permite a instituição de impostos incidentes sobre seus patrimônios, renda ou serviços pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

68. Estabelece o Código Tributário Nacional que
- (A) a taxa pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto e pode ser calculada em função do capital das empresas.
  - (B) a extinção das obrigações do falido não requer prova de quitação de todos os tributos.
  - (C) a dívida tributária regularmente inscrita na Dívida Ativa goza da presunção absoluta de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
  - (D) sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
  - (E) a natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste, nem a da obrigação tributária a que corresponda.
69. Considerando a Lei de Execução Fiscal, assinale a alternativa correta.
- (A) Se da decisão que ordenar o arquivamento dos autos do processo de execução fiscal tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato.
  - (B) A cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública sujeita-se a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, extrajudicial, liquidação, inventário ou arrolamento.
  - (C) Recebidos os embargos, o Juiz mandará intimar a Fazenda, para impugná-los no prazo de 60 (sessenta) dias, designando, em seguida, audiência de instrução e julgamento.
  - (D) O executado será citado para, no prazo de 10 (dez) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
  - (E) Na execução fiscal, qualquer intimação do representante judicial da Fazenda Pública será feita pelo correio, com aviso de recepção.

70. Assinale a alternativa que se apresenta de acordo com a Constituição Federal.

- (A) A lei ordinária disporá sobre a emissão e resgate de títulos da dívida pública.
- (B) É permitido ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.
- (C) O Banco Central não poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, ainda que com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.
- (D) As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco do Brasil e as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras públicas ou privadas, ressalvados os casos previstos em lei.
- (E) A lei complementar disporá sobre a dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público.

71. Segundo a Lei Complementar nº 101/00, a despesa total com pessoal, ativo e inativo dos Estados em cada período de apuração, não poderá exceder, da receita corrente líquida,

- (A) 50% (cinquenta por cento).
- (B) 25% (vinte e cinco por cento).
- (C) 15% (quinze por cento).
- (D) 60% (sessenta por cento).
- (E) 10% (dez por cento).

72. Marque a alternativa que se apresenta de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64.

- (A) Se não receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, o Poder Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente.
- (B) Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, não distinguindo as processadas das não processadas.
- (C) Os créditos extraordinários serão abertos por resoluções do Poder Executivo, que delas dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas competente.
- (D) O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, sendo permitido a fragmentação para criação de caixas especiais.
- (E) Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

73. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

- (A) até 3 (três) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge.
- (B) até 5 (cinco) dias consecutivos, em virtude de casamento.
- (C) por 1 (um) dia para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira.
- (D) por 1 (um) dia por ano para acompanhar filho de até 6 (seis) anos em consulta médica.
- (E) até 3 (três) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva.

74. Em relação à proteção à maternidade, sem prejuízo de sua remuneração, nesta incluído o valor do adicional de insalubridade, a empregada deverá ser afastada de atividades consideradas insalubres

- (A) em grau médio, enquanto durar a gestação, independentemente de atestado médico.
- (B) em grau médio ou máximo, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento durante a gestação.
- (C) em qualquer grau, durante a lactação, independentemente de atestado médico.
- (D) em qualquer grau, enquanto durar a gestação, independentemente de atestado médico.
- (E) em grau médio ou mínimo, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento durante a gestação.

75. As contribuições devidas aos sindicatos pelos participantes das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades serão, sob a denominação de

- (A) "imposto sindical", pagas, recolhidas, desde que prévia e expressamente autorizadas.
- (B) "contribuição sindical", pagas, recolhidas, desde que prévia e expressamente autorizadas.
- (C) "imposto sindical", pagas, recolhidas, dispensando autorização prévia.
- (D) "contribuição sindical", pagas, recolhidas, dispensando autorização prévia.
- (E) "contribuição sindical", pagas, recolhidas, desde que previamente autorizadas de forma tácita ou expressa.

**76.** Sobre as Comissões de Conciliação Prévia, assinale a alternativa correta.

- (A) Têm prazo de 5 (cinco) dias para a realização da sessão de tentativa de conciliação a partir da provocação do interessado.
- (B) O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.
- (C) Têm prazo de 15 (quinze) dias para a realização da sessão de tentativa de conciliação a partir da provocação do interessado.
- (D) O termo de conciliação é título executivo judicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.
- (E) O prazo prescricional será interrompido a partir da provocação da Comissão de Conciliação Prévia.

**77.** Sobre a execução no processo do trabalho, assinale a alternativa que está de acordo com as normas da CLT.

- (A) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 8 (oito) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
- (B) A matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, não podendo alegar prescrição da dívida.
- (C) Somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo.
- (D) A exigência da garantia ou penhora se aplica às entidades filantrópicas e/ou àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições.
- (E) Consideram-se exigíveis as decisões judiciais com trânsito em julgado, as decisões sobre as quais tenha havido recurso com efeito suspensivo e os acordos homologados.

**78.** A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade em que

- (A) a saúde pública é assegurada apenas aos que estejam filiados ao sistema da previdência social, como contribuintes facultativos ou obrigatórios, tendo em vista a aplicação do princípio da seletividade.
- (B) a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação facultativa, conforme dispõe o princípio da universalidade da cobertura.
- (C) os benefícios destinados às populações urbanas e rurais podem ter valores diferenciados, tendo em vista a aplicação do princípio da seletividade na prestação dos benefícios e serviços.
- (D) o princípio da universalidade da cobertura e do atendimento não é aplicado à previdência e assistência social, tendo em vista a necessidade de filiação e contribuição.
- (E) o princípio da distributividade na prestação dos benefícios legitima a restrição de determinados benefícios somente aos trabalhadores de baixa renda.

**79.** José, funcionário público estatutário em atividade, que ingressou no serviço público no ano de 2008, faleceu em razão de um acidente automobilístico. No momento do óbito, recebia vencimentos equivalentes ao dobro do valor máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social. Sua esposa e dependente Maria terá direito a uma pensão por morte cujo valor será

- (A) igual ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite.
- (B) igual ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento.
- (C) equivalente à média das contribuições realizadas nos últimos 5 anos, computados inclusive os valores das verbas indenizatórias eventualmente recebidas.
- (D) igual ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.
- (E) equivalente à média das contribuições realizadas desde que entrou no serviço público, valor este limitado ao valor estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

80. A Previdência Social é custeada por contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada, do trabalhador e dos demais segurados da previdência social. Sobre referidas contribuições, é correto afirmar que
- (A) incidem sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados à pessoa física, desde que existente relação de emprego.
  - (B) incidem sobre a receita e faturamento, não incidem sobre o lucro.
  - (C) podem ser exigidas dos sócios e administradores de sociedades e titulares individuais, como contribuintes obrigatórios da previdência social, desde que previsto em lei.
  - (D) não podem incidir sobre o 13º salário, adicional de férias e hora extra.
  - (E) incidem sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social.

### LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

81. Segundo o que determina a Lei Orgânica do Município de Barretos, o instrumento orientador e básico dos processos de transformação do espaço urbano e de sua estrutura territorial, servindo de referência para todos os agentes públicos e privados que atuam na cidade, é denominado
- (A) Sistema de Planejamento.
  - (B) Plano Diretor.
  - (C) Planos e Programas Setoriais.
  - (D) Programa de Governo.
  - (E) Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano.
82. Em relação à ordem econômica, ao desenvolvimento urbano e rural e à preservação do meio ambiente, e conforme dispositivos da Lei Orgânica do Município de Barretos, assinale a alternativa correta.
- (A) Na promoção do desenvolvimento econômico, o Município agirá no sentido de dar tratamento igualitário à pequena produção artesanal e mercantil em relação às demais empresas locais, considerando a diferenciação de oportunidades econômicas.
  - (B) O Município não poderá explorar diretamente a atividade econômica, ainda que visando ao relevante interesse coletivo.
  - (C) O Município criará uma Central de Abastecimento, regida por Decreto, com a finalidade de atender a todos os cidadãos municipais, com os restos e sobras das vendas e produção agropecuária.
  - (D) O Município deverá atuar mediante planejamento, controle e fiscalização das atividades, públicas ou privadas, causadoras efetivas ou potenciais de alterações significativas no meio ambiente.
  - (E) As empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos deverão atender rigorosamente aos dispositivos de proteção ambiental em vigor, sob pena de sofrer advertência ou suspensão da concessão ou permissão.

83. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Barretos, o Prefeito Municipal poderá realizar consultas populares para decidir sobre assuntos de interesse específico do Município, cujas medidas deverão ser tomadas diretamente pela Administração Municipal. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.
- (A) A consulta popular deverá ser realizada sempre que a Câmara Municipal deliberar, por maioria absoluta de seus membros.
  - (B) A votação será organizada e terminada pela Câmara Municipal no prazo máximo de um mês após a apresentação da proposição.
  - (C) A proposição será considerada aprovada se o resultado for favorável por pelo menos 60% (sessenta por cento) dos eleitores votantes.
  - (D) É vedada a realização de consulta popular nos quatro meses que antecedem as eleições para qualquer nível de governo.
  - (E) O resultado da consulta popular será comunicado ao Prefeito Municipal, que o proclamará, devendo a Câmara Municipal adotar as providências legais.

### LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA AO SAAE

84. Um servidor do SAAEB, após aprovação em concurso público, iniciou o efetivo exercício de seu cargo no dia 01.06.2009. Em 01.07.2009 foi nomeado para o exercício de uma função de confiança, a título transitório, que lhe proporcionava uma remuneração superior ao cargo para o qual foi aprovado em concurso. Permaneceu no exercício da função de confiança até 25.06.2018, quando então voltou a exercer o cargo para o qual foi aprovado no concurso. Anoto que o servidor foi confirmado no seu cargo após o fim do estágio probatório, tendo adquirido a estabilidade, no período regularmente previsto. O servidor incorporou a diferença entre a sua remuneração e a remuneração da função de confiança na proporção de
- (A) 09/10.
  - (B) 06/10.
  - (C) 08/10.
  - (D) 05/10.
  - (E) 07/10.
85. No processo seletivo interno de promoção na carreira, realizado no SAAEB, ocorreu o empate entre três candidatos: i) João; ii) José; iii) Joaquim. As fichas funcionais dos funcionários apresentam as seguintes informações:

CANDIDATO	João	José	Joaquim
Tempo de serviço no SAAEB	18	15	16
Tempo de serviço no cargo	3	11	12
Dependentes	0	7	5
Idade	36	51	49

A classificação deve ser, respectivamente:

- (A) Joaquim, José e João.
- (B) João, José e Joaquim.
- (C) José, João e Joaquim.
- (D) João, Joaquim e José.
- (E) Joaquim, João e José.

